



## Universidades Lusíada

Marchioni, Marco

### **Mudança social, novos problemas de hoje, participação e desenvolvimento**

<http://hdl.handle.net/11067/3887>

#### **Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	1991
<b>Resumo</b>	Este artigo refere o desafio com que os vários sectores profissionais do Serviço Social têm que se debater, em virtude das profundas transformações que ocorrem nos dias de hoje relativas a questões que já se julgavam estabelecidas. Para enfrentar este desafio, o autor aponta para a necessidade de assumir a comunidade-base como ponto de referência real, e a população não como puro destinatário de acção social, mas também como sujeito activo e potencialmente capaz de confrontar-se com os seus pró...
<b>Palavras Chave</b>	Mudança social, Acção social
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	no
<b>Coleções</b>	[ULL-ISSSL] IS, n. 05-6 (1991)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T11:25:19Z com informação proveniente do Repositório

# MUDANÇA SOCIAL, NOVOS PROBLEMAS DE HOJE, PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

*Marco Marchioni*

## RESUMO

*Este artigo refere o desafio com que os vários sectores profissionais do Serviço Social têm que se debater, em virtude das profundas transformações que ocorrem nos dias de hoje relativas a questões que já se julgavam estabelecidas.*

*Para enfrentar este desafio, o autor aponta para a necessidade de assumir a comunidade-base como ponto de referência real, e a população não como puro destinatário de acção social, mas também como sujeito activo e potencialmente capaz de confrontar-se com os seus próprios problemas. Por outro lado, prevê a necessidade de se passar de uma acção social sobre as consequências, a uma acção social sobre as causas. Segundo o autor, se a profissão do Serviço Social for incapaz de se debater com este desafio, está condenada a desaparecer ou a transformar-se num instrumento cada vez mais burocrático de simples e inútil assistência.*

Está a assistir-se em todo o mundo ainda quem nem todos queiram retirar daí as inevitáveis consequências, a profundas transformações sociais em que questões que pareciam estar estabelecidas e reguladas, se transformaram colocandó novas necessidades e novas situações.

Os Cientistas Sociais que durante anos analisaram e teorizaram o tema «Mudança Social», chegaram a ter determinadas certezas, estão hoje novamente perplexos frente às novas situações e enfrentam grandes dificuldades em encontrar novas certezas. Isto ocorre

justamente quando maior ênfase se tem dado na vida das sociedades modernas ao papel das Ciências Sociais, quando mais necessária seria a sua contribuição na análise das mudanças e suas consequências imediatas a nível dos indivíduos, dos grupos primários, das comunidades, dos grupos étnicos, das minorias de todos os tipos, etc. E isto ocorre também, justamente, quando estas Ciências e profissões Sociais mais decididamente teriam de intervir nas dinâmicas, dialécticas e contradições existentes não só em sentido corporativos (na defesa de determinados interesses internos a cada uma delas) mas também em sentido Social e Político trazendo hipóteses de solução e diagnósticos realistas que permitissem aos políticos, aos representantes institucionais e à Administração, basear os planos e projectos de Intervenção face às situações, sobre elementos mais fidedignos e mais objectivos. Tudo isto se está passando; embora a necessidade esteja histórica e concretamente colocada, há que começar a trabalhar nesta direcção de maneira mais séria e decidida se quisermos que as profissões e as Ciências Sociais consigam acompanhar a História, com as necessidades próprias de cada época e de cada situação, com o seu papel progressista e de contribuição avançada nas «crises» do seu tempo e não se dediquem apenas a «ajudar» (melhor seria dizer «remediar») as necessidades puramente individuais fora do seu contexto real e a um nível meramente terapêutico e não preventivo. Isto significaria o fim das profissões sociais, a sua renúncia no desempenho de um papel Político avançado. Seria a sua entrega definitiva ao mundo do assistencial ou mesmo da beneficência, quando a nível teórico esta questão já havia sido superada.

Para enfrentar esta necessidade histórica da redefinição do marco de referência da acção das profissões sociais, é necessário em minha opinião, definir ainda que experimentalmente alguns critérios e alguns parâmetros que permitam reelaborar conhecimentos e elementos da práxis, hipóteses e diagnósticos.

Nas páginas seguintes tentarei definir estes pontos de referência à luz da nova situação em que as profissões sociais são chamadas a intervir.

- a) Em primeiro lugar as Ciências e as profissões sociais hoje, têm que assumir a *comunidade base* como ponto de referência real e directo das intervenções, prestações de Serviços e programas Sociais. Numa comunidade base fundamental numa sociedade e num Estado democrático é, evidentemente, o grupo e esta estrutura possui os requisitos fundamentais que complementam e enriquecem a Intervenção Social.

Sinteticamente: a relação directa entre administrados e administradores e a proximidade entre o poder municipal e os municípios; a possibilidade, hoje mais histórica que real, de modificar rapidamente e com grande flexibilidade os recursos e as intervenções de acordo com as modificações e as necessidades Sociais; a possibilidade, por parte dos cidadãos de um município de exercer maior e mais directo controlo sobre o uso que se faz da Administração Local e seus recursos, de participarem mais directamente nas tarefas governamentais e por fim a possibilidade de reconverter rapidamente e melhor, os recursos locais em função das necessidades, etc.

É evidente também que, quando nos referimos a organizações, nos referimos fundamentalmente à dimensão institucional e Política da comunidade base; é também evidente que nem todas as organizações têm uma dimensão funcional e operativa

que possibilite tudo o que temos dito até agora. Por isso mesmo, este primeiro ponto necessita de ser complementado: se a organização é demasiado grande (a cidade, a metrópole, a área metropolitana, etc.), terá que iniciar-se um processo de descentralização não só das funções delegadas, como do próprio poder municipal. Descentralização nesta óptica significa não só uma pura racionalização da estrutura e Serviços Burocráticos e Administrativos, mas uma modificação profunda dos processos decisórios, no crescimento dos órgãos e canais de autogoverno e o nível de participação popular. Pelo contrário, os municípios muito pequenos nunca poderão ter possibilidades, não só económicas de enfrentar os seus problemas se não se juntarem com outros municípios parecidos. Isto é absolutamente necessário se quisermos que os cidadãos destes municípios não fiquem sendo cidadãos de grupo B em relação aos que têm a sorte e o privilégio de viverem em zonas mais dotadas de Serviços, de estruturas e de possibilidades objectivas.

b) Assumir a comunidade base como ponto de referência real, significa em segundo lugar assumir os factores estruturais que a configuram e a determinam; assumi-los um por um, pelo que significam e assumi-las nas suas múltiplas e recíprocas inter-dependências e inter-relações.

Os factores de que estamos a falar, são em minha opinião quatro e todos eles intervêm como elementos fundamentais da Acção Social, entendida tanto no seu sentido político como no sentido próprio da Intervenção.

Eles são: o Território, a População, a necessidade que essa população expressa e os recursos que a população dispõe para fazer face à situação, às suas necessidades e aos seus problemas. Na maior parte dos casos, hoje a acção social prescinde destes quatro elementos e se, em alguns casos, a acção social assume um deles, prescinde dos outros, quando justamente o tema hoje é estimular a formulação de planos de intervenção tendo em conta os quatro elementos e suas relações. Para isso é necessária uma formação interdisciplinar e de métodos adequados a esses fins, mas tanto a formação, como as metodologias primam pela ausência na preparação teórico-prática dos profissionais sociais.

Quanto aos parâmetros, podemos resumi-los nos seguintes pontos principais:

- passar do puramente individual para o colectivo e comunitário
- passar do puramente terapêutico ao preventivo
- passar de uma acção social sobre as consequências a uma acção social também sobre as causas
- e ainda que pareça insignificante, é necessário sair da secretária e dos gabinetes.

Tentaremos analisar estes pontos esquematicamente e explicar a importância que têm hoje numa nova definição da acção social e, por conseguinte, do novo papel dos profissionais e das Ciências Sociais. As Ciências e as Profissões Sociais hoje, têm que ser capazes de desenvolver uma teoria e uma prática que permita ao mesmo tempo atender aos pedidos individuais e subjectivos não esquecendo que hoje em dia a ajuda não é uma benemerência mas um direito das pessoas, já que a actuação é fundamentalmente por conta dos Serviços e estruturas públicas. Seria um erro grave se as profissões sociais e seus progra-

mas de intervenção não fossem capazes de dar uma ajuda eficaz aos indivíduos que se encontram numa situação de carência num determinado momento da sua vida. Naturalmente esta ajuda não deverá ser do tipo paternalista ou tecnocrata e tem que ser realmente capaz, mais que dar soluções, de ajudar as pessoas a ajudarem-se a si próprias favorecendo e pondo em acção todos os recursos que potencialmente têm e ajudando-as também a superar os seus próprios obstáculos ou os que a sociedade lhes coloca. Para utilizar assim os «escassos» recursos disponíveis, sabendo que a solução não pode nem deve ser o aumento dos recursos face ao aumento das necessidades, há que aumentar os recursos mas dentro de uma visão mais colectiva e mais capaz de trabalhar e intervir em níveis mais globais e colectivos e não numa soma de intervenções individuais.

Paralelamente com o ponto anterior há a necessidade de passar de intervenções puramente terapêuticas a intervenções preventivas capazes de se estruturarem com as questões chaves e graves que também se depreendem da questão anterior.

Não podemos esquecer-nos que em todos os programas, as leis, os projectos, etc., toda a gente fala de prevenção, mas na concretização do trabalho, os meios disponíveis, a falta de preparação dos profissionais, a fraca vontade política, a impreparação dos destinatários que pedem respostas imediatas, tudo isto impede a acção preventiva. Quando falamos de prevenção sempre nos referimos a uma só dimensão e a um só significado desta palavra; evitar que questões negativas que afectaram alguns, cheguem a afectar outros. Mas, em minha opinião, existe outra dimensão muito importante que segue estreitamente ligada à prevenção e à determinação, que são os factores de risco. Para individualizar esses factores e para saber individualizar para quem serão esses factores de risco, há que fazer uso correcto da investigação social, das ciências sociais que investigam a sociedade e os processos que nela se dão. Hoje há necessidade de saber conjugar a intervenção com a investigação da realidade; há que ser capaz, em certa medida de prever o futuro, quer dizer de elaborar hipóteses e essas hipóteses terão que se integrar no marco teórico geral de planificação e da acção social. Mas isto não acontece e estamos sempre a trabalhar e a intervir quando os fenómenos já se desenrolam totalmente e irremediavelmente, quando já somos obrigados a intervir sobre os casos individuais. Esta dimensão de prevenção é claramente uma dimensão colectiva e necessita de uma acção preventiva e propedéutica. Há que terminar também com a visão de acção preventiva que identifica esta com uma série de conversas que os técnicos em geral têm (especialmente os médicos) com as pessoas do povo. Mas uma intervenção não é uma conversa, embora também possa haver conversa, mas a intervenção só se realiza quando as pessoas potencialmente interessadas tomam consciência da existência do factor de risco e decidem que fazer para o evitar. Um processo de tomada de consciência necessita de intervenção e acção.

Chegamos assim ao terceiro ponto dos nossos parâmetros de referência. Uma acção social para ser útil e válida hoje, para sair do gueto puramente assistencial, necessita de saber trabalhar não só a nível das consequências das necessidades sociais, mas também deve incidir sobre as causas que determinam aqueles estados de necessidade e as situações conflituosas e problemáticas em que as pessoas vivem. Historicamente as profissões sociais nasceram e desenvolveram-se trabalhando nas consequências e quando tentaram mover-se a outro nível foi dito que aquilo era fazer política; sem dúvida que o grande desafio actual é justamente saber trabalhar tendo em conta não só as consequências (patoló-

gicas sociais) mas também as causas de fundo que determinaram aquelas patologias sociais. Como podemos enfrentar o tema dos novos alcoólicos, só para dar um exemplo, se não sabemos que a causa está no vinho, no desemprego, na incapacidade das pessoas se defrontarem com a sociedade em condições autónomas e desiguais; como podemos trabalhar com a droga sem saber muitas outras questões e sem poder intervir a níveis muito mais globais e muito mais altos que a utilização imediata da droga.

Como é evidente as profissões sociais não podem nem poderão nunca, por si sós, solucionar estes problemas que definimos como causas das patologias sociais. É evidente que o tema consiste em saber como as profissões sociais se unam e se envolvam com as outras intervenções, outros recursos e outros níveis se tiverem essa possibilidade. Temos então, por um lado uma capacidade real das profissões sociais fornecerem conhecimentos e prática a outras disciplinas a outros níveis de intervenção rompendo o gueto de auto exclusão de marginalização com os marginais (tendência histórica das profissões sociais) e por outro lado a sua necessidade de implementar uma intervenção mais global, mais coordenada (veja-se parte seguinte deste ponto), mais planificada e mais preventiva.

Se as profissões e as Ciências Sociais não aceitarem este desafio histórico ficarão sempre na cauda, marginais entre os marginais, como dizíamos, elemento sectorial de ajuda que nunca chegará a produzir uma nova cultura e uma nova política de intervenção social.

É este o desafio que temos diante de nós. Mas este desafio não o podemos assumir como tecnocratas capazes de encontrar soluções técnicas para problemas que não são técnicos. Só poderemos assumi-lo se formos capazes de assumir a comunidade como ponto de referência real e a população não como puro destinatário da acção social, mas também como sujeito activo e potencialmente capaz de confrontar-se com os seus problemas tanto a nível individual como colectivo. Por isso, a acção social hoje, tem que meter-se decididamente no caminho do desenvolvimento e da organização comunitária, de participação consciente das comunidades na sua vida, nos seus problemas, na tomada consciente da situação real, do que existe e do que poderá existir, dos problemas existentes e dos futuros. Não há muita alternativa nisto. Há que meter-se sem medo, fora dos gabinetes, nesta tarefa que é difícil mas que é a única que vale a pena e que permitirá às profissões sociais uma aproximação real ao desenvolvimento da sociedade e não solucionar um problema a uma pessoa, sabendo que há muitos mais agora e num futuro próximo naquelas condições e sabendo que as causas que provocaram aquelas situações patológicas está ali e nada se faz para as resolver. Uma profissão social incapaz de se debater com este desafio, está condenado a desaparecer, ou seja, não terá um papel autónomo e concreto no desenvolvimento da sociedade e se transformará em puro instrumento cada vez mais burocrático de simples e inútil assistência.